

## **Direção-Geral das Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias**

Publicação de uma vaga para o cargo de Conselheiro Científico Principal (m/f)

(Agente temporário - grau AD13)

(Ver artigo 2.º, alínea b), do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia (ROA)

COM/2024/10456

### **Quem somos**

A Comissão Europeia está a organizar um processo de seleção externo de um agente temporário para prover o posto de Conselheiro Científico Principal para a IA na Direção-Geral das Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias (DG CNECT).

A DG CNECT apoia a transformação digital da nossa economia e sociedade e concebe e aplica as políticas necessárias para promover o mercado interno e preparar a Europa para a era digital e a autonomia tecnológica. A DG promove a colaboração transversal ativa dentro da DG e em toda a Comissão. A execução das atividades da DG baseia-se numa cooperação bidirecional com todas as partes interessadas (nomeadamente com empresas, universidades, organizações públicas, partes interessadas, cidadãos). A política da DG relativa aos quadros médios respeita a diversidade, apoia a progressão na carreira e incentiva a mobilidade. Os quadros médios devem possuir múltiplas competências, ter um espírito aberto e ser capazes de trabalhar em colaboração.

O Serviço Europeu para a IA é uma entidade recentemente criada na DG CNECT que se posiciona na vanguarda da conceção da política em matéria de IA na UE. É responsável pelo reforço do desenvolvimento e da utilização da IA, para que esta permita apoiar a competitividade da Europa e beneficiar a sociedade. Isto implica a promoção de avanços de ponta no âmbito da tecnologia de IA, bem como a aplicação eficaz do Regulamento IA da UE. O Regulamento IA constitui uma legislação histórica que estabelece um parâmetro de referência mundial relativo à regulamentação da IA, introduz regras sobre sistemas de IA de risco elevado, bem como sobre práticas proibidas, e define regras sobre modelos de IA de finalidade geral. O Serviço para a IA foi incumbido de apoiar o trabalho das autoridades nacionais competentes em matéria de práticas proibidas e de elevado risco, bem como de supervisionar diretamente o cumprimento das regras relativas aos modelos de IA de finalidade geral. A este respeito, o Serviço para a IA irá trabalhar com as partes interessadas a fim de facilitar a avaliação e a atenuação dos riscos, garantindo a conformidade. Tem poderes para realizar avaliações de modelos de IA de finalidade geral e desenvolve ferramentas, metodologias e parâmetros de referência para a avaliação. Pode igualmente solicitar informações aos fornecedores de modelos. O Serviço para a IA assegurará a governação adequada do referido ato legislativo, trabalhando em estreita colaboração com o Comité para a IA dos Estados-Membros, o painel científico de cientistas no domínio da IA e o fórum consultivo das partes interessadas. A fim de ajudar a acelerar o desenvolvimento, a implantação e a utilização de sistemas de IA fiáveis, o Serviço para a IA é também responsável pela conceção e execução de políticas de investigação e inovação no domínio da IA. Colabora com a comunidade de empresas em fase de arranque, as universidades, os intervenientes do setor industrial e outros intervenientes públicos e privados pertinentes. O Serviço para a IA foi também incumbido de contribuir para a abordagem estratégica das iniciativas internacionais no domínio da IA, incluindo a política de inovação e excelência, em colaboração com países terceiros e organizações internacionais, bem como de cooperar com

os Estados-Membros neste domínio. Apoiará outros serviços da Comissão na facilitação da utilização da IA como tecnologia transformadora nos domínios pertinentes da política da União.

## **O que propomos**

Um cargo exigente de Conselheiro Científico Principal para a IA, responsável por trabalhar em estreita colaboração com os quadros médios e superiores da DG CNECT e dependente do diretor do Serviço para a IA. Prestará aconselhamento sobre questões relacionadas com a aplicação das regras relativas à IA de finalidade geral e às abordagens científicas conexas.

O Conselheiro Científico Principal para a IA deve assegurar um nível avançado de conhecimentos científicos sobre a IA de finalidade geral. Irá dirigir a abordagem científica da IA de finalidade geral no âmbito de todos os aspetos do trabalho do Serviço para a IA, assegurando o rigor científico e a integridade das iniciativas de IA. Centrará-se especialmente na testagem e na avaliação de modelos de IA de finalidade geral, em estreita colaboração com a «unidade de segurança» do Serviço para a IA, o que abrangerá o desenvolvimento de abordagens para a avaliação dos riscos, o desenvolvimento de parâmetros, bem como de parâmetros de referência, para avaliar as capacidades e os riscos dos modelos de IA, a aplicação de protocolos de avaliação e procedimentos de validação e, de um modo geral, o estabelecimento de boas práticas para avaliar o nível de risco associado aos modelos de IA de finalidade geral. Contribuirá para o desenvolvimento de boas práticas e de protocolos para a atenuação dos riscos, incluindo normas de cibersegurança. Prestará aconselhamento sobre a avaliação de modelos de vanguarda específicos de IA de finalidade geral no contexto da aplicação do Regulamento IA. Colaborará com os cientistas no domínio da IA no próximo painel científico, bem como com os intervenientes pertinentes na área (indústria, organizações da sociedade civil, académicos e, se for caso disso, organismos internacionais). O Conselheiro Científico Principal contribuirá igualmente para a definição e o avanço de políticas destinadas a promover a excelência e a inovação no domínio da IA na Europa, a fim de formular orientações técnicas e prestar aconselhamento especializado sobre abordagens políticas e tendências emergentes, trabalhando em estreita colaboração com as equipas do Serviço para a IA, promovendo uma cultura de inovação e apoiando o trabalho de especialistas em tecnologia.

## **Perfil pretendido (critérios de seleção)**

Os candidatos devem ter:

### **Qualidades pessoais**

- Excelentes capacidades de apresentação e comunicação para interagir com as partes interessadas e as instituições a todos os níveis
- Muito boas competências interpessoais
- Capacidade para redigir relatórios e documentos claros e concisos

### **Competências e experiência especializadas**

- Historial sólido de publicações no domínio da IA
- Conhecimentos técnicos profundos no domínio da IA, incluindo conhecimentos especializados comprovados em subdomínios da IA, tais como o processamento de linguagem natural, a visão computacional, os algoritmos de aprendizagem

- automática e as redes neuronais
- Excelentes conhecimentos científicos
- Experiência académica e/ou industrial comprovada no domínio da IA: Doutoramento ou equivalente e, pelo menos, 10 anos de experiência no âmbito da IA ou em domínios conexos
- Experiência comprovada na colaboração com equipas de peritos em IA, bem como na sua direção (uma experiência de pelo menos cinco anos será uma mais-valia)
- Capacidade demonstrada para orientar investigadores jovens e peritos em IA e para apoiar o seu desenvolvimento
- Conhecimento e compreensão das considerações éticas e regulamentares relativas à IA

### **Competências de consultoria**

- Capacidade para trabalhar em colaboração num ambiente multidisciplinar
- Capacidade para trabalhar de forma harmoniosa e eficaz para além das fronteiras organizacionais
- Capacidade para tratar e resolver dossiês complexos em contextos exigentes
- Capacidade para prestar atempadamente aconselhamento estratégico sobre questões científicas relacionadas com a IA
- Capacidade para criar e manter redes de conhecimento construtivas e eficazes no seio da Comissão, mas também com as partes interessadas externas
- Conhecimentos relativos à aplicação da IA em vários setores e indústrias

Os seguintes elementos serão considerados mais-valias:

- Experiência no âmbito da avaliação de riscos ou de avaliações da IA
- Experiência nos domínios da segurança da IA, da segurança da IA ou de outras medidas de atenuação de riscos
- Experiência em cibersegurança
- Experiência com o desenvolvimento em grande escala de IA de vanguarda, em contexto industrial ou académico

### **Condições de admissão (critérios de admissibilidade)**

Os candidatos devem cumprir os requisitos enunciados no artigo 12.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia (ROA)<sup>1</sup>.

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- Nacionalidade: ser nacional de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir, alternativamente:
  - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;

---

<sup>1</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140501>

- habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional relevante de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).

Só são tidos em consideração diplomas obtidos em Estados-Membros da UE ou que tenham sido objeto de certificados de equivalência emitidos pelas autoridades de um desses Estados-Membros.

- Experiência profissional: além das habilitações exigidas acima, na data-limite para a apresentação das candidaturas fixada no presente anúncio, os candidatos devem demonstrar que possuem experiência profissional de, pelo menos, 15 anos, adquirida após a obtenção do diploma que dá acesso ao processo de seleção<sup>2</sup>.
- Línguas: nos termos do artigo 12.º, n.º 2, alínea e), do Regime aplicável aos Outros Agentes, os candidatos devem possuir um conhecimento aprofundado de uma das línguas oficiais da UE<sup>3</sup> e um conhecimento satisfatório de uma outra dessas línguas.
- Os candidatos devem ter excelentes capacidades de comunicação oral e escrita para comunicar de forma eficaz e fluente com as partes interessadas internas e externas.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter ainda atingido a idade normal da reforma que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade (ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários)<sup>4</sup>.

## **Processo de seleção**

A seleção será efetuada de acordo com os procedimentos de seleção da Comissão Europeia [Decisão da Comissão, de 16 de dezembro de 2013, [C (2013) 9049 final] relativa às políticas de recrutamento e emprego de agentes temporários]<sup>5</sup>.

O processo terá duas fases distintas e sucessivas:

### **1. Pré-seleção**

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção.

O júri de pré-seleção é composto em conformidade com a Decisão da Comissão, de 16 de dezembro de 2013, [C (2013) 9049] relativa às políticas de recrutamento e emprego de agentes temporários.

Este júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, em função dos critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil

<sup>2</sup> Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente com base na percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a experiência profissional, mesmo que não remunerados, por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

<sup>3</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&qid=1408533709461&from=PT>

<sup>4</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

<sup>5</sup> <https://commission.europa.eu/system/files/2018-07/commission-decision-temporary-agents-c-2013-9049-en.pdf>

mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Para o efeito, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos aquando da apresentação da sua candidatura:

- a) um *curriculum vitae* (CV);**
- b) uma carta de motivação.**

Para que o júri de pré-seleção possa decidir da admissão das candidaturas, os candidatos devem indicar claramente no CV:

- relativamente aos estudos: as datas de início e de termo, a duração normal do ciclo completo de estudos e o título exato do diploma obtido;
- relativamente às experiências profissionais: as datas de início e de termo de cada experiência e a natureza exata das funções exercidas.

## **2. Seleção**

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para uma entrevista final com o diretor-geral e o relator designado para o processo de seleção, a fim de serem avaliados e comparados de forma objetiva e imparcial, com base nas suas qualificações, experiência profissional e conhecimentos linguísticos, conforme indicado no presente anúncio. O relator assegura a transparência e as garantias processuais ao longo de todo o processo.

### **Documentos comprovativos**

Antes da entrevista final, os candidatos pré-selecionados devem apresentar os seguintes documentos comprovativos oficiais que confirmem as informações fornecidas no CV e na carta de motivação respetivos.

- Cópia de um documento comprovativo da nacionalidade (bilhete de identidade ou passaporte);
- Cópia do(s) diploma(s) ou certificado(s) do nível de habilitações exigido;
- Certificados de emprego que comprovem a duração da experiência profissional.

Estes documentos devem indicar claramente a data de início e a data de termo e a continuidade de cada um dos períodos de experiência profissional a contabilizar para efeitos do presente processo de seleção. Para o efeito, os candidatos devem, de preferência, apresentar certificados do empregador atual e dos empregadores anteriores. Se não for possível, aceitar-se-ão, por exemplo, cópias dos seguintes documentos: contratos de trabalho, acompanhados da primeira e última folhas de vencimento e da folha de vencimento mensal final de cada ano intermédio, se a duração do contrato tiver sido superior a um ano; cartas oficiais ou atos de nomeação, acompanhados da última folha de vencimento; certificados de emprego; declarações fiscais.

Os candidatos convidados para a entrevista final deverão apresentar uma declaração em que se comprometem a agir no interesse público e com independência, bem como uma declaração relativa a interesses suscetíveis de prejudicar a sua independência.

### **Nomeação**

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas depois de emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias fornecidas pela Direção de Segurança da Comissão Europeia.

### **Igualdade de oportunidades**

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico em geral.

### **Condições do contrato de trabalho**

Aos candidatos selecionados poderá ser proposto um contrato de agente temporário, nos termos do artigo 2.º, alínea b), do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia (ROA), em conformidade com a Decisão C(2013)9049 final da Comissão, de 16 de dezembro de 2013, relativa à política de recrutamento e emprego dos agentes temporários<sup>6</sup>.

A duração do contrato inicial será de quatro anos, prorrogável por dois anos, no máximo.

O período máximo de vigência do contrato terá também em consideração as disposições pertinentes da Decisão C(2013)9049 final da Comissão, de 16 de dezembro de 2013, no que respeita à duração máxima do recurso a pessoal não permanente (sete anos num período de doze anos).

**LOCAL DE AFETAÇÃO: Bruxelas, Bélgica.**

**GRAU: AD13**

### **Independência e declaração de interesses**

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração em que se compromete a agir no interesse público e com independência, e declarar quaisquer interesses suscetíveis de prejudicar a sua independência.

---

<sup>6</sup> <https://commission.europa.eu/system/files/2018-07/commission-decision-temporary-agents-c-2013-9049-en.pdf>

## Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

## Proteção de dados pessoais

A Comissão assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>7</sup>. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

## Procedimento de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em especial no que se refere aos tipos de diplomas e à experiência profissional, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://europa.eu/!NCKMBd>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço de correio eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass<sup>8</sup>, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Depois de terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem de correio eletrónico a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem de correio eletrónico de confirmação, tal significa que a candidatura não foi registada!**

Os candidatos não podem acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar da situação da sua candidatura.

**As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites.** Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, queira enviar uma mensagem de correio eletrónico para: [HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu](mailto:HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu)

<sup>7</sup> [Regulamento \(UE\) 2018/1725](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

<sup>8</sup> Para informações sobre a elaboração de um CV Europass, consulte: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos interessados que não esperem pelos últimos dias para apresentarem a candidatura, pois uma saturação excecional das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando à repetição de todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. As inscrições fora de prazo não serão aceites.

### **Data-limite**

A data-limite para o registo das candidaturas é **13 de dezembro de 2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.